

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

Sorocaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

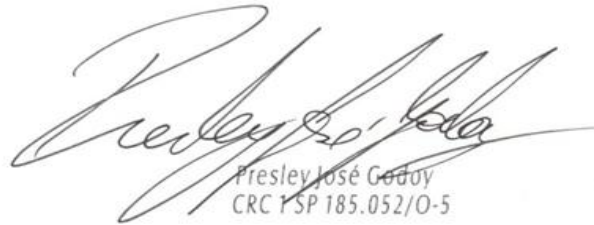


A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.



SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5



Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em Reais

ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		265.787	219.127
Aplicações financeiras - sem restrição		2.089.509	1.317.251
Contas a receber - líquido de provisão		473.194	283.063
Mensalidades a receber graduação- líquido de provisão	03	301.455	268.777
Mensalidades a receber pós-graduação- líquido de provisão	3.1	44.780	56.876
Adiantamentos		39.739	81.728
Despesas antecipadas		19.038	17.777
Total do ativo circulante		<u>3.233.502</u>	<u>2.244.599</u>
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos judiciais		808.602	744.692
Aplicações financeiras – sem restrição		60.000	-
Imobilizado – sem restrição	04	13.826.740	13.424.873
Intangível		41.477	54.499
Total do ativo não circulante		<u>14.736.819</u>	<u>14.224.064</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>17.970.321</u>	<u>16.468.663</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em Reais

PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Fornecedores		163.310	122.159
Obrigações sociais e fiscais	05	519.778	438.951
Provisão de férias e encargos		597.177	534.435
Empréstimos e financiamentos		-	74.972
Contingências a pagar	07	266.366	266.366
Outros passivos circulantes		9.442	12.585
Total do passivo circulante		<u>1.556.073</u>	<u>1.449.468</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		16.414.248	15.019.195
Total do patrimônio líquido		<u>16.414.248</u>	<u>15.019.195</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>17.970.321</u>	<u>16.468.663</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais

RECEITAS	Nota	2016	2015
Receitas de mensalidades - Fefiso		5.589.554	5.308.854
Receitas de mensalidades Pós - Graduação		486.872	-
Receitas vinculadas às operações		10.014.683	9.585.727
Receitas de eventos		228.438	198.834
Receitas financeiras		320.877	181.082
Subvenções específicas e Doações	06 e 10	58.669	59.734
Outras receitas		154.592	137.508
Doações		20.177	24.387
Trabalho voluntário	15	122.435	89.802
(-) Bolsas mensalidades Fefiso - (Filantropia)		(1.264.805)	(1.100.994)
(-) Bolsas concedidas Fefiso		(248.773)	(159.494)
(-) Bolsas Pós-Graduação		(30.338)	-
(-) Descontos concedidos - Fefiso		(283.386)	(463.931)
(-) Devoluções/Cancelamentos - Fefiso		(29.592)	(31.313)
(-) Descontos concedidos Pós-Graduação		(87.487)	-
(-) Devoluções/Cancelamentos Pós-Graduação		(18.968)	-
(-) Outras deduções - Fefiso		-	(110.868)
(-) Outras deduções		(5.664)	(8.901)
(-) Aplicação do convênio Prefeitura - Vôlei		(48.270)	(54.750)
(-) Doações concedidas		(20.177)	-
(-) Trabalho voluntário	15	(122.435)	-
Total das receitas		14.836.402	13.655.677
DESPESAS			
Despesas com pessoal e encargos		(8.233.857)	(7.578.999)
Administrativas e gerais		(3.532.858)	(2.696.367)
Depreciação / Amortização		(980.621)	(930.349)
Financeiras		(200.184)	(160.240)
Outras despesas		(126.159)	(185.358)
Projetos Assistenciais	09	(367.670)	-
Projetos Assistenciais - Sementinha	09	-	(311.697)
Demais projetos assistenciais		-	(326.708)
Trabalho voluntário - ACM		-	(76.073)
Total das despesas		(13.441.349)	(12.265.791)
Superávit/(déficit) do exercício		1.395.053	1.389.886

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ÁREA DE ATUAÇÃO **Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015** **Em Reais**

ÁREA		
RECEITAS EDUCAÇÃO	2016	2015
Receitas de mensalidades – Fefiso	5.589.554	5.308.854
Receitas de mensalidades Pós-Graduação	486.872	-
Receitas vinculadas às operações	213.267	697.111
Receitas financeiras	121.806	80.184
Outras receitas	253	-
Trabalho Voluntário	10.852	13.445
(-) Bolsas mensalidades – Fefiso (Filantropia)	(1.264.805)	(1.100.994)
(-) Bolsas concedidas – Fefiso	(248.773)	(159.494)
(-) Bolsas Pós-Graduação	(30.338)	-
(-) Descontos concedidos – Fefiso	(283.386)	(463.931)
(-) Devoluções / Cancelamentos – Fefiso	(29.592)	(31.313)
(-) Descontos concedidos Pós-Graduação	(87.487)	-
(-) Devoluções / Cancelamentos Pós-Graduação	(18.968)	-
(-) Outras deduções	(2.821)	(110.868)
(-) Trabalho Voluntário	(10.852)	-
Total das receitas	<u>4.445.582</u>	<u>4.232.994</u>
DESPESAS		
Despesas com pessoal e encargos	(2.178.941)	(1.837.820)
Administrativas e gerais	(1.115.188)	(1.111.520)
Depreciação / Amortização	(38.417)	(39.546)
Financeiras	(45.038)	(46.355)
Outras despesas	(7.204)	(2.623)
Trabalho Voluntário	-	(13.445)
Total das despesas	<u>(3.384.788)</u>	<u>(3.051.309)</u>
Resultado Líquido – Educação	<u>1.060.794</u>	<u>1.181.685</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ÁREA DE ATUAÇÃO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
Em Reais

ÁREA		
RECEITAS ASSISTÊNCIA SOCIAL	2016	2015
PROJETO SEMENTINHA E GRUPO VETERANOS		
Receitas de subvenções e Donativos	460	207
Receitas de convênios e subvenções – N.F. Paulista	10.509	4.777
Doações	20.177	24.387
Trabalho voluntário	25.445	11.488
(-) Doações concedidas	(20.177)	-
(-) Trabalho voluntário	(25.445)	-
Total das receitas	10.969	40.859
DESPESAS		
Despesas com pessoal e encargos	(158.144)	(133.144)
Administrativas e gerais	(200.629)	(132.097)
Depreciação / Amortização	(8.052)	(7.840)
Outras despesas	(845)	(2.741)
Doações	-	(24.387)
Trabalho voluntário	-	(11.488)
Total das despesas	(367.670)	(311.697)
Resultado Líquido – Projeto Sementinha	(356.701)	(270.838)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ÁREA DE ATUAÇÃO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
Em Reais

ÁREA		
RECEITAS DEMAIS ATIVIDADES	2016	2015
Receitas vinculadas às operações	9.801.416	8.888.616
Receitas de eventos	228.438	198.834
Receitas financeiras	199.071	100.898
Subvenções específicas e Doações	47.700	54.750
Outras receitas	154.339	137.508
Trabalho voluntário	86.138	64.869
(-) Outras deduções	(2.843)	(8.901)
(-) Aplicação do convênio Prefeitura – Vôlei	(48.270)	(54.750)
(-) Trabalho Voluntário	(86.138)	-
Total das receitas	10.379.851	9.381.824
DESPESAS		
Despesas com pessoal e encargos	(6.054.916)	(5.741.178)
Administrativas e gerais	(2.417.670)	(1.584.848)
Depreciação / Amortização	(942.204)	(890.803)
Financeiras	(155.146)	(113.885)
Outras despesas	(118.955)	(182.735)
Demais projetos assistenciais	-	(326.708)
Trabalho Voluntário	-	(62.628)
Total das despesas	(9.688.891)	(8.902.785)
Resultado Líquido – Demais atividades	690.960	479.039
Superávit / (Déficit) do exercício	1.395.053	1.389.886

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>13.629.309</u>	<u>-</u>	<u>13.629.309</u>
Superávit do exercício	-	1.389.886	1.389.886
Transf. de superávit de recursos sem restrição	1.389.886	(1.389.886)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>15.019.195</u>	<u>-</u>	<u>15.019.195</u>
Superávit do exercício	-	1.395.053	1.395.053
Transf. de superávit de recursos sem restrição	1.395.053	(1.395.053)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>16.414.248</u>	<u>-</u>	<u>16.414.248</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do período	1.395.053	1.389.886
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	994.598	939.640
Variação monetária e encargos sobre empréstimos	6.243	17.741
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	1.041	665
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras – sem restrição	(772.258)	(825.837)
Contas a receber	(190.131)	5.978
Outros ativos	(103.764)	(80.317)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	41.151	25.033
Obrigações sociais e fiscais	80.827	(2.582)
Provisão de férias e encargos	62.743	32.260
Outros passivos	(3.143)	(557)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	1.512.360	1.501.910
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado	(1.382.325)	(1.338.115)
Adições do intangível	(2.159)	(47.025)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(1.384.484)	(1.385.140)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(81.216)	(227.892)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(81.216)	(227.892)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	46.660	(111.122)
Caixa e equivalentes no início do período	219.127	330.249
Caixa e equivalentes no fim do período	265.787	219.127
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	46.660	(111.122)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2016	%	2015	%
DESCRIÇÃO				
1 - RECEITAS				
1.1) Receitas de mensalidades escolares	6.076.426		5.308.854	
1.2) Outras Receitas Operacionais	10.598.994		10.095.992	
1.3) Provisão para devedores duvidosos	-		-	
1.4) Bolsas e descontos	(846.820)		(774.507)	
1.5) (-) Aplicação do convênio Prefeitura - Vôlei	(48.270)		(54.750)	
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1) Materiais, energia, serv. terceiros e outros	3.638.891		2.939.045	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO: (1-2)	12.141.439		11.636.544	
4 - RETENÇÕES				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	901.304		930.349	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	11.240.135		10.706.195	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1) Receitas Financeiras	320.877		181.082	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	11.561.012		10.887.277	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos	8.233.857	71,22%	7.578.999	69,62%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	20.125	0,17%	18.753	0,17%
8.3) Juros e Aluguéis	200.184	1,73%	160.240	1,47%
8.4) Gratuidades Filantrópicas - Educação	1.264.805	10,94%	1.100.994	10,11%
8.5) Gratuidades Filantrópicas - Assistência Social	446.988	3,87%	638.405	5,86%
8.6) Gratuidades Filantrópicas- Assist. Social-Educação	-	-	-	-
8.7) Superávit do Exercício	1.395.053	12,07%	1.389.886	12,77%
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	11.561.012	100%	10.887.277	100%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SOROCABA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O objetivo da Associação é promover o aperfeiçoamento espiritual, moral, intelectual, físico e social da mocidade, procurando especialmente cultivar o caráter cristão de seus associados, atividades relacionadas com o ensino geral para em todos os seus níveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.



d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço.

Mensalidades a receber

Conforme mencionado na nota (a), as mensalidades a receber, são contabilizadas pelo regime de competência, deduzidas das perdas efetivadas.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2016.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.



g) Gratuitades

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e decreto n.º 8.242/14.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. MENSALIDADES A RECEBER – GRADUAÇÃO

	2016	2015
Mensalidades exercício de 2016	301.455	-
Mensalidades exercício de 2015	106.106	268.777
Mensalidades exercício de 2014	116.375	131.452
Mensalidades exercício de 2013	32.082	34.602
Mensalidades exercício de 2012	34.785	52.579
Mensalidades exercícios anteriores	46.341	51.020
Total	637.144	538.430
Provisão estimativa p/ créditos de liquidação duvidosa	(335.689)	(269.653)
Total líquido de provisão	301.455	268.777

3.1. MENSALIDADES PÓS – GRADUAÇÃO

	2016	2015
Mensalidades exercício de 2016	44.780	-
Mensalidades exercício de 2015	34.086	56.876
Mensalidades exercício de 2014	25.300	29.640
Mensalidades exercício de 2013	8.660	14.938
Mensalidades exercício de 2012	5.600	7.270
Mensalidades exercícios anteriores	6.800	6.800
Total	125.226	115.524
Provisão estimativa p/ créditos de liquidação duvidosa	(80.446)	(58.648)
Total líquido de provisão	44.780	56.876

4. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO SEM RESTRIÇÃO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2015</u>				<u>31.12.2016</u>
	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Custo						
Terreno – Sede	-	584.597	-	-	-	584.597
Edificações – Sede	4	6.642.506	213.575	-	-	6.856.081
Terreno – Acampamento	-	228.726	-	-	-	228.726
Edificações – Acampamento	4	2.220.537	53.059	-	-	2.273.596
Terreno – Jardim São Paulo	-	1.075.268	-	-	-	1.075.268
Edificações – Jardim São Paulo	4	8.653.246	701.458	-	-	9.354.704
Edificações – Clínicas	4	134.064	-	-	-	134.064
Móveis e Utensílios e Equip.	10	2.081.314	358.409	(10.132)	-	2.429.591
Computadores e Periféricos	20	509.642	55.824	(23.753)	-	541.713
Biblioteca	10	181.916	-	-	-	181.916
Veículos	20	188.713	-	-	-	188.713
Terreno Zona Norte	-	490.000	-	-	-	490.000
Total		22.990.529	1.382.325	(33.885)	-	24.338.969
Depreciação Acumulada						
Edificações – Sede		(4.057.286)	(268.422)	-	-	(4.325.708)
Edificações – Acampamento		(964.336)	(89.353)	-	-	(1.053.689)
Edificações – Jardim São Paulo		(2.753.181)	(363.338)	-	-	(3.116.519)
Edificações – Clínicas		(60.642)	(5.363)	-	-	(66.005)
Móveis e utensílios		(1.108.692)	(155.004)	10.096	-	(1.253.600)
Computadores e periféricos		(357.426)	(64.712)	22.748	-	(399.390)
Biblioteca		(140.506)	(6.783)	-	-	(147.289)
Veículos		(123.587)	(26.442)	-	-	(150.029)
Total		(9.565.656)	(979.417)	32.844	-	(10.512.229)
Total		13.424.873	402.908	(1.041)	-	13.826.740

5. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2016	2015
Salários a pagar	289.639	257.485
FGTS a recolher	71.372	55.569
IRRF a recolher	91.959	69.999
INSS a recolher	48.600	43.817
Outros	18.208	12.081
Total	519.778	438.951



6. SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS E DOAÇÕES

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, a entidade recebeu subvenções e doações de órgãos públicos e privados, cujos valores contabilizados em receitas, estão assim demonstrados:

	2016	2015
Termo de Parceria Prefeitura de Mun. de Sorocaba	47.700	54.750
Secretaria da Fazenda S.P. – Nota Fiscal Paulista	10.509	4.777
Doações diversas	460	207
Total	58.669	59.734

7. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade responde por processos judiciais que envolvem responsabilidades contingenciais. Conforme posição dos Consultores Jurídicos, em 31 de dezembro de 2016, os processos envolvem risco de perda remota. Dessa forma, a Administração da Entidade, com base na opinião de seus consultores legais, optou em manter a provisão no montante de R\$ 266.366. (Em 2015 – R\$ 266.366).

8. DEPÓSITO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS

A Entidade está discutindo judicialmente a obrigatoriedade do pagamento do PIS – Programa de Integração Social sobre a folha de pagamento. Em decorrência de tal discussão os valores não estão sendo depositados judicialmente.

9. DEMONSTRATIVO DAS GRATUIDADES EM “ASSISTÊNCIA SOCIAL” CONCEDIDAS

Os projetos em Assistência Social demonstrados abaixo foram elaborados conforme tipificação da Resolução CNAS 109.

<u>Projetos Assistenciais</u>	2016		2015	
	Média de Beneficiários	Valores em Reais	Média de Beneficiários	Valores em Reais
PROJETO SEMENTINHA	50	291.593	50	311.697
Total	50	291.593	50	311.697
<u>DESCRIÇÃO DAS DESPESAS</u>				
Despesas com pessoal e encargos	-	127.905	-	133.144
Administrativas e gerais	-	154.791	-	132.097
Depreciação / Amortização	-	8.052	-	7.840
Outras despesas	-	845	-	2.741
Trabalho voluntário	-	-	-	11.488
Doações	-	-	-	24.387
Total	-	291.593	-	311.697
	Média de Beneficiários	Valores em Reais	Média de Beneficiários	Valores em Reais
GRUPO VETERANOS	60	76.077	-	-
Total	60	76.077	-	-
<u>DESCRIÇÃO DAS DESPESAS</u>				
Despesas com pessoal e encargos	-	30.239	-	-
Administrativas e gerais	-	45.832	-	-
Outras despesas	-	6	-	-
Total	-	76.077	-	-
Total Geral	110	367.670	50	311.697

10. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Exercício de 2016

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Modalidade: Proteção Social Básica: (P.N.A. S - Política Nacional Assistência Social). Órgão: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.	Projeto Nota Fiscal Paulista	Utilizar os créditos da Nota Fiscal Paulista para os atendimentos assistenciais das crianças do Projeto Sementinha.	10.509	10.509
Modalidade: Esportiva. Órgão: Secretaria de Esportes da Prefeitura de Sorocaba.	Equipe de Vôlei	Oferecer treinamento de alto nível na respectiva modalidade esportiva (Voleibol Masculino e Feminino), buscando obter a melhor performance nas competições em que participar representando a Prefeitura Municipal de Sorocaba.	47.700	48.270
Modalidade: Proteção Social Básica. Órgão: Pessoas Físicas	Demais projetos assistenciais	O valor referente a doações diversas é aplicado totalmente nos materiais e manutenção do Projeto Sementinha.	460	460
Total			58.669	59.239

Durante o exercício de 2016, para manutenção da “equipe de vôlei” os valores repassados através do “Termo de Compromisso” foram utilizados em sua totalidade e a entidade aplicou o montante de R\$ 570 decorrente de recursos próprios.

Exercício de 2015

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Modalidade: Proteção Social Básica: (P.N.A. S - Política Nacional Assistência Social). Órgão: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.	Projeto Nota Fiscal Paulista	Utilizar os créditos da Nota Fiscal Paulista para os atendimentos assistenciais das crianças do Projeto Sementinha.	4.777	4.777
Modalidade: Esportiva. Órgão: Secretaria de Esportes da Prefeitura de Sorocaba.	Equipe de Vôlei	Oferecer treinamento de alto nível na respectiva modalidade esportiva (Voleibol Masculino e Feminino), buscando obter a melhor performance nas competições em que participar representando a Prefeitura Municipal de Sorocaba.	54.750	54.603
Modalidade: Proteção Social Básica. Órgão: Pessoas Físicas	Demais projetos assistenciais	O valor referente a doações diversas é aplicado totalmente nos materiais e manutenção do Projeto Sementinha.	207	207
Total			59.734	59.587

Em 2015 não houve repasse municipal para o Projeto Sementinha.

Durante o exercício de 2015, para manutenção do “equipe de vôlei” os valores repassados através de “Termo de Compromisso” não foram utilizados em sua totalidade, a entidade devolveu para a Prefeitura de Sorocaba o montante de R\$ 147 através de depósito bancário.



11. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

12. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2016 e de 2015, correspondem aos montantes de R\$ 1.758.531 e de R\$ 1.770.647, respectivamente.

13. ADEQUAÇÃO A LEI DE DIRETRIZES E BASES

Durante os exercícios de 2016 e de 2015 a Entidade atendeu aos requisitos da Lei de Diretrizes e Bases.

14. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2016 e de 2015 a Entidade apurou um custo de R\$ 122.435 e de R\$ 89.802, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

16. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. DEMONSTRAÇÃO DA GRATUIDADE

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações decreto n.º 8.242/14 a Entidade está demonstrando abaixo quadro de gratuidades. Salientando que a Entidade atua apenas na EDUCAÇÃO SUPERIOR (com adesão ao PROUNI):

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)			
	Educação Básica	Educação Superior (com adesão ao PROUNI)	Educação Superior (sem adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)	0	1.147	0
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	0	96	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	0	-	-
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	0	-	-
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	-	116	-
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	-	0	-
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009) (b)	0	212	0
Outras bolsas integrais (c)	0	44	0
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (d)	-	0	0
Alunos inadimplentes (e)	0	0	0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d) - (e)	0	891	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	0	96	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	-	11	-
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	-	0	-
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	0	107	0
Outras bolsas parciais	0	46	0
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	0	0	0
Verificação do atendimento aos artigos 13, 13-A e 13-B da Lei 12.101/2009	Art. 13	Art. 13-A	Art. 13-B
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (educação superior sem PROUNI - 1/4)	Não atendido	Atendido	Não atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Não atendido	Atendido	Não atendido
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)			